



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSULTORIA JURÍDICA**

Processo Administrativo nº 8525292-77.2022.8.06.0000

Ref.: Programa de Modernização do Judiciário Cearense - PROMOJUD

Unidade Cogestora: Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG

Assunto: Análise da minuta contratual que tem por objeto o fornecimento de licenças de uso perpétuo da Solução Integrada de Gestão Estratégica e Projetos – BriskPPM.

PARECER

I – RELATÓRIO

Trata-se de minuta de contrato encaminhada pela Coordenadoria Central de Contratos e Convênios do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para análise e considerações da Consultoria Jurídica.

O pacto tem como partes o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e a empresa Brisk Soluções Ágeis Ltda e versa sobre o fornecimento de licenças de uso perpétuo da Solução Integrada de Gestão Estratégica e Projetos – BriskPPM, incluindo serviços continuados de suporte técnico e garantia de atualização, bem como serviço de desenvolvimento de novas funcionalidades, serviço de treinamento e serviço de operação assistida (parametrizações e automatizações de fluxos).

O processo de contratação foi realizado considerando as normas do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, conforme previsto no plano de aquisições. **Naquela ocasião, a Consultoria Jurídica examinou os aspectos legais e emitiu parecer aprovando o feito (fls. 217/227).**

É, no essencial, o relatório. Cumpre-nos opinar.

II –DELIMITAÇÃO DO PARECER JURÍDICO

De início, vale ter presente que o âmbito de análise deste parecer se restringe, única e tão somente, ao exame dos aspectos formais da minuta do contrato considerando o que prevê a política de contratação do BID, não se imiscuindo, pois, em aspectos técnicos, financeiros, de conveniência e oportunidade, que são próprios do Administrador Público.

Firmada essa breve premissa, passamos ao exame da matéria.

III – ANÁLISE DA MINUTA CONTRATUAL

Preliminarmente e para melhor compreensão das especificidades da minuta contratual aportada nos autos, **vale destacar que os preceitos e as formalidades da legislação de regência sobre contratos públicos no Brasil, notadamente a Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/2021, estarão em regra, afastados na presente análise**, isso porque tais normas excepcionam suas respectivas aplicabilidades nos casos em que a contratação seja financiada com recursos provenientes de empréstimo de organismo financeiro do qual o Brasil seja parte, senão vejamos:

LEI N. 8.666/93

“Art. 42. (...)

§ 5º—Para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento ou da doação, e que também não conflitem com o princípio do julgamento objetivo e sejam objeto de despacho motivado do órgão executor do contrato, despacho esse ratificado pela autoridade imediatamente superior.” (grifo nosso)

LEI N. 14.133/2021

“Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

(...)

§ 3º Nas licitações e contratações que envolvam recursos provenientes de empréstimo ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou de organismo financeiro de que o Brasil seja parte, podem ser admitidas:

I - condições decorrentes de acordos internacionais aprovados pelo Congresso Nacional e ratificados pelo Presidente da República; (grifo nosso)

II - condições peculiares à seleção e à contratação constantes de normas e procedimentos das agências ou dos organismos, desde que:

a) sejam exigidas para a obtenção do empréstimo ou doação;

b) não conflitem com os princípios constitucionais em vigor;

c) sejam indicadas no respectivo contrato de empréstimo ou doação e tenham sido objeto de parecer favorável do órgão jurídico do contratante do financiamento previamente à celebração do referido contrato;” (grifo nosso)

No caso do presente contrato, as despesas serão custeadas com recursos do banco, já que todo processo de contratação, incluindo etapas como submissão de propostas, avaliação de habilidade técnica e financeira dentre outros foram realizados com base no documento GN-2349-15, política de aquisição do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, ensejando, portanto, como dito mais cima, um afastamento pontual da legislação brasileira sobre a matéria.

Bom frisar, mais uma vez, que a Consultoria Jurídica analisou os aspectos da contratação em outra oportunidade e concluiu ser possível firmar o contrato com a empresa Brisk Soluções Ágeis Ltda para o fornecimento de licenças de uso perpétuo da Solução Integrada de Gestão Estratégica e Projetos – BriskPPM, incluindo serviços continuados de suporte técnico e garantia de atualização, bem como serviço de desenvolvimento de novas funcionalidades, serviço de treinamento e serviço de operação assistida (parametrizações e

automatizações de fluxos).

Pois bem, analisando a minuta contratual sob esse ângulo e tendo como base os documentos do BID e as particularidades que constam nas especificações técnicas (*fls. 75/92*), identificou-se, numa análise preliminar, a necessidade de incluir os países elegíveis como cláusula obrigatória, conforme determina o item 1.16 da GN-2349-15. De igual modo, percebeu-se, também, que no texto do pacto deveria constar item especificando os documentos da contratação como parte integrante do contrato.

Esses apontamentos foram feitos junto ao Núcleo de Licitações com Financiamento Externo – NULFEX, que providenciou as devidas retificações, incluindo o item 17 (elegibilidade) e 20 (disposições finais – incorporação de documentos acessórios ao contrato).

Examinando, então, a nova minuta contratual (*fls. 281/304*), constata-se que os itens/cláusulas foram ajustados conforme orientação da CONJUR e, dessa forma, estão expressos em redação padronizada à espécie de acordo com modelo que o BID tem validado, incluindo um conjunto de regras sobre as práticas proibidas, obrigações e responsabilidades, jurisdição para solução de controvérsias, dentre outras que complementam a execução da avença.

IV – CONCLUSÃO

Ante o exposto, ressaltando-se, mais uma vez, que os aspectos de conveniência e oportunidade não estão sob o crivo desta Consultoria Jurídica, estamos de acordo com a atual minuta contratual, razão pela qual nada obsta a celebração do contrato.

É o parecer. À superior consideração.

Fortaleza/CE, 17 de fevereiro de 2023.

LUIS VALDEMIRO DE SENA
MELO:78586593320

Assinado de forma digital por LUIS
VALDEMIRO DE SENA
MELO:78586593320
Dados: 2023.02.17 15:46:39 -03'00'

Luis Valdemiro de Sena Melo
Assessor Jurídico

De acordo.

À Coordenadoria Central de Contratos e Convênios para providências de praxe.

Data supra.

CRISTIANO BATISTA
DA
SILVA:61948039320

Assinado de forma digital
por CRISTIANO BATISTA
DA SILVA:61948039320
Dados: 2023.02.17
15:57:56 -03'00'

Cristiano Batista da Silva
Consultor Jurídico